



**NOVA FCSH**

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

## **História e Políticas Educativas**

Silvia de Almeida

2 mm

# Regulação das políticas públicas de educação

Três níveis de regulação das políticas da educação



# Regulação das políticas públicas de educação

## Três níveis de regulação das políticas da educação



- A regulação transnacional: “conjunto de normas, discursos e instrumentos (...) que são produzidos e circulam nos fóruns de decisão consulta internacionais, no domínio da educação, e que são tomados, pelos políticos (...) como “obrigação” ou “legitimização” para adotarem ou proporem decisões ao nível do funcionamento do sistema educativo” (Barroso, 2016, p. 44).

# Regulação das políticas públicas de educação

## Três níveis de regulação das políticas da educação



- A regulação transnacional: “conjunto de normas, discursos e instrumentos (...) que são produzidos e circulam nos fóruns de decisão consulta internacionais, no domínio da educação, e que são tomados, pelos políticos (...) como “obrigação” ou “legitimização” para adotarem ou proporem decisões ao nível do funcionamento do sistema educativo” (Barroso, 2016, p. 44).
- Regulação Nacional: “o modo como as autoridades públicas (...) exercem a coordenação, o controlo e a influência sobre o sistema educativo, orientando através de normas, injunções e constrangimentos o contexto da ação dos diferentes atores sociais e seus resultados” (Barroso, 2006, p. 50).

# Regulação das políticas públicas de educação

## Três níveis de regulação das políticas da educação



- A regulação transnacional: “conjunto de normas, discursos e instrumentos (...) que são produzidos e circulam nos fóruns de decisão consulta internacionais, no domínio da educação, e que são tomados, pelos políticos (...) como “obrigação” ou “legitimização” para adotarem ou proporem decisões ao nível do funcionamento do sistema educativo” (Barroso, 2016, p. 44).
- Regulação Nacional: “o modo como as autoridades públicas (...) exercem a coordenação, o controlo e a influência sobre o sistema educativo, orientando através de normas, injunções e constrangimentos o contexto da ação dos diferentes atores sociais e seus resultados” (Barroso, 2006, p. 50).
- Microrregulação local: “processo de coordenação dos atores no terreno que resulta do confronto, interação, negociação ou compromisso de diferentes interesses, lógicas, rationalidades e estratégias”(Barroso, 2006, p. 56-57), quer se trate de escolas, municípios ou redes de escolas.

# Regulação das políticas públicas de educação

## Origem da Regulação Transnacional



- Resulta da existência de estruturas supra-nacionais ou organizações transnacionais (Grek et al., 2009; Sunberg & Wahlstrom, 2012; Alexiadou, 2014; Nordin, 2014; Morgan, 2016 que mesmo não assumindo formalmente um poder de decisão em matéria educativa, através dos seus especialistas, criam programas de cooperação, apoio, investigação e financiamento controlam e coordenam a execução de políticas nesse domínio.



THE WORLD BANK



United Nations  
Educational, Scientific and  
Cultural Organization

# Regulação das políticas públicas de educação

## Políticas de autonomia curricular em Portugal



### ● Processos da Regulação Transnacional

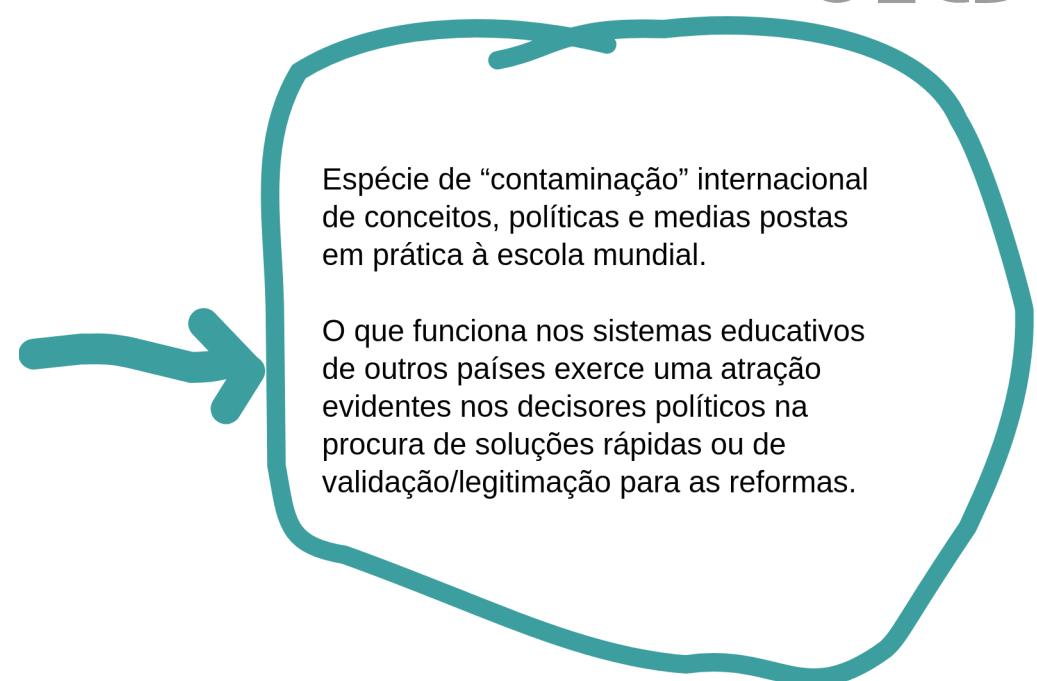
“Educational policy borrowing” (Walford, 2001; empréstimo de políticas educativas)

“Externalização” (Schriewer, 2001)

Isomorfismo mimético (...)

### ● Efeitos

Essa contaminação/empréstimo pode ser retórica mas também pode traduzir uma convergência real com as políticas estrangeiras (Ball, 1998).



# Regulação das políticas públicas de educação

## Exemplos da Regulação Transnacional



- Uma das influências das Organizações internacionais, desde os anos 80, são as políticas da descentralização adotadas em vários países da União Europeia: verifica-se na tendência para o estado central devolver poderes para instâncias locais ou regionais.

Manifestar-se através de diferentes estratégias que ocorrem em parte ou no seu todo em diversos países europeus: transferências de competências para as regiões; desconcentração regional; autonomia institucional; introdução de lógicas de mercado (concorrência entre escolas, livre oferta da escola).

# Regulação das políticas públicas de educação

## Exemplos da Regulação Transnacional



### ● Exemplos da Regulação Transnacional

O estado não abandona a educação. Ele adota é um novo papel, o de Estado Avaliador (Neave, 1988) que define as grandes orientações e monta um sistema de monitorização e de avaliação para saber se os resultados desejados foram alcançados.

### ● Conceito de Estado Avaliador

Consistiria numa racionalização e uma redistribuição geral das funções (e dos poderes) entre o centro e a periferia, de forma que o centro conservaria o controlo estratégico global através de menos mecanismos políticos, porém mais precisos, constituídos pela definição de metas para o sistema e o estabelecimento de critérios e processos de controlo de qualidade do produto (Neave, 1988)

“greater margin of manoeuvre at the level of individual establishments does not necessarily entail any greater degree of decentralisation” (Neave, 1988, p. 11).

## Regulação das políticas públicas de educação

### Origem da Regulação Nacional



Esta regulação surge com base no poder e na autoridade do Estado, tendo evoluído para uma regulação combinada entre o Estado e os profissionais, ou seja os professores (com afastamento dos pais e da comunidade).



### Existindo dois modos de coordenação do sistema educativo

- Forma burocrática (regulação estatal de tipo burocrático e administrativo)
- Profissionalismo (regulação corporativa do tipo profissional e pedagógico)

Esta dupla forma de regulação enfrentou conflitos, tensões no que se refere aos seus objetivos: controlo da escola, orientação sobre as atividades dos alunos e coordenação do trabalho docente.

# Regulação das políticas públicas de educação

## Efeitos da Regulação Nacional



- Regime burocrático-profissional colapsou com a alteração dos modos de regulação estatal e com a emergência da regulação transnacional e mutações políticas internas.



- Predomina hoje um efeito de “Hibridismo” “enquanto sobreposição ou mestiçagem de diferentes lógicas, discursos e práticas na definição e ação políticas, o que reforça o seu caráter ambíguo e compósito” (Barroso, 2016, p. 53).

# Regulação das políticas públicas de educação

## Efeitos de Regulação nacional

**O hibridismo manifesta-se em dois níveis:**

- **Nível 1**

Nas relações entre países, mostrando que não estamos na presença de uma aplicação passiva pelos países da periferia, dos modelos de regulação concebidos pelo centro.

- **Nível 2**

Na utilização do mesmo país de modos de regulação procedentes de modelos distintos no que se refere à oposição entre “regulação pelo Estado” e “regulação pelo mercado”. Coexistem estratégias e práticas de controlo próprias de uma regulação burocrática e centralizada, e pela promoção da descentralização e da autonomia institucional, (próprias dos processos de auto-regulação pelo mercado).



# Regulação das políticas públicas de educação

## Exemplos de Regulação nacional

No caso português coexistem dois movimentos contraditórios

### ● Primeiro movimento

Um discurso político que privilegia uma regulação pelo mercado (livre escolha da escola, profissionalização da gestão, controlo pelos resultados, autonomia e concorrência entre escolas);

### ● Segundo movimento

Manutenção de práticas centralizadoras e burocráticas por parte da administração, reforço do poder das estruturas desconcentradas do Ministério, limitação da autonomia das escolas na gestão de recursos, Avaliação Externa das Escolas.



# Regulação das políticas públicas de educação

## Origem da Micro-regulação



### Instituições formais

- Pode residir nos serviços da administração desconcentrada ou descentralizada com intervenção direta a nível local; Instituições educativas; Grupos de interesse (políticos, sociais, económicos, religiosos, étnicos, profissionais).

### Influência de atores individuais

- Como pais, alunos, professores, funcionários, gestores escolares. Estes atores têm assumido um crescente protagonismo na sociedade civil.

# Regulação das políticas públicas de educação

## Origem da Micro-regulação

- Influência de atores individuais: Os alunos

videos :

- Entrevista com Andreas Schleicher diretor da OCDE para a Educação
- A VOZ dos ALUNOS 2016



## Regulação das políticas públicas de educação

### Processo da Micro-regulação



Pela multiplicidade de atores e possíveis conexões é imprevisível. Neste tipo de interações, as relações pessoais e a troca de informações e conhecimentos desempenham um papel essencial mas não são definidos em função de uma “racionalidade à priori”. Resultam das estratégias dos atores.



### Efeitos

A existência de múltiplos espaços de microrregulação contribui para acentuar a diversidade mas também a desigualdade, quando não satisfazem as necessidades educativas de diferentes grupos definidos em função de critérios sociais, culturais, étnicos, religiosos, linguísticos, etc.

## Regulação das políticas públicas de educação

### Processo da Micro-regulação



São inúmeros os processos formais e informais de regulação local:

- Crescente diferenciação entre escolas e a sua concorrência;
- Rede de parceiros das escolas;
- Criação de órgãos de participação local (como os conselhos municipais da educação, assembleia de escola) no contexto dos processos institucionais de descentralização ou autonomia da escola.

# Regulação das políticas públicas de educação

## Estado regulador e Meta-regulação



- O Estado continua uma fonte essencial de regulação mas não a única e por vezes, nem a mais decisiva.
- Mais do que falar de regulação seria melhor falar de “multirregulação” já que as ações que garantem o funcionamento do sistema educativo são determinadas por um feixe de dispositivos reguladores que muitas vezes se anulam entre si, ou pelo menos, relativizam a relação causal entre princípios, objetivos, processos e resultados.
- A regulação do sistema educativo é um “sistema de regulações”. O papel do estado é de assegurar este sistema de regulações, ou seja, “uma metarregulação que permite não só equilibrar a ação das diversas forças em presença mas também continuar a garantir a orientação global e a transformação do próprio sistema”.

## Regulação das políticas públicas de educação

### Estado regulador e Meta-regulação



- A repolitização da educação, a multiplicação das instâncias e momentos de decisão, e envolvimento de um número cada vez maior de atores confere ao sistema de regulação da educação uma complexidade crescente;
- Novo papel do Estado: o reforço das formas democráticas de participação e decisão o que exige cada vez mais uma qualificada e ampla formação, a difusão de instâncias locais e intermédias de decisão, uma plena inclusão de todos os cidadãos (particularmente dos que até aqui têm sido sistematicamente excluídos, do interior e do exterior).

